

Indivíduos, famílias e redes: uma história das comunidades rurais da América Portuguesa no século XVIII. ¹

Mônica Ribeiro de Oliveira²

Esta pesquisa centra-se na análise da trajetória familiar de comunidades agrárias do sudeste da América Portuguesa, mais especialmente em Minas Gerais, no século XVIII, no contexto da extração aurífera e concomitante expansão das atividades agropastoris. Os indivíduos e grupos analisados incluíam tanto imigrantes do noroeste de Portugal, açorianos, portugueses de segunda e terceira gerações, como também demais indivíduos e grupos habitantes da América Portuguesa que se fixaram na região. Em busca de terras, mas estimulados pelo acesso às minas de ouro, esses grupos forçosamente tiveram que articular uma série de respostas aos desafios impostos pela atividade da extração mineral, que se apresentou fugaz e cuja extração lucrativa não chegou a ultrapassar 50 anos. Minerar ouro e articular todo o núcleo familiar em função da produção agrícola, exigiu uma readaptação de toda unidade produtiva, entendendo-a como uma unidade de produção doméstica. Nesse sentido, percebe-se no longo prazo, a criação de uma série de estratégias com vistas a preservação do grupo familiar, tais como: estabelecimento de uniões matrimoniais endogâmicas; extensão das redes relacionais por meio dos apadrinhamentos e, principalmente, a adoção da emigração para outras áreas de fronteira dentre outras. As fontes utilizadas incluem tanto os registros de batismos das localidades, bem como inventários e demais fontes de natureza cartorial.

Tendo em vista a amplitude da pesquisa que está sendo realizada, essa comunicação terá como foco a análise das trajetórias dos primeiros indivíduos e grupos

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPQ e da FAPEMIG

² Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF;

familiares que ocuparam uma extensa área nos sertões das Minas Gerais, denominada alto da Borda do campo. Suas trajetórias não se prendiam às carreiras clássicas dos conquistadores, homens de negócios, burocratas que tenderam a composição dos grupos nomeados nas terras lusas como *principais da terra*, ou mesmo *nobreza da terra*. A comunidade estudada parecia apenas periférica, composta de pequenos e médios proprietários escravistas, uma extensa camada de unidades familiares de tipo camponês e uma quase imperceptível camada mais diferenciada ao nível do status. Dos povoados fundados nenhum deles alcançou a condição de vila, o que levou a ausência de uma câmara, homens bons e seus aparatos, falta de um espaço político, bem como reduzidos espaços de sociabilidade.³

A região, seja por suas condições geográficas muito inóspitas e pela ausência de veios auríferos muito profundos passou ao largo das estruturas políticas e administrativas mais formais. Constituíam-se em região periférica ao grande núcleo minerador o que me orientou o olhar para uma outra dimensão da vivência na América Portuguesa. Na vastidão do território, a expansão sobre os sertões e a vinculação destas áreas ao projeto colonizador, abria espaços para a constituição de comunidades sem, necessariamente, estarem organizadas por estruturas formais e espaços mais urbanizados: povoados, arraiais, curatos, distritos, ou qualquer outra titulação inferior ao status de vila se reproduziam por todo o interior.⁴

O fato de não encontrarmos uma *nobreza da terra* em stricto sensu como um grupo proeminente no controle do poder local, com privilégios e em ascensão, não significava que algumas carreiras não pudessem estar sendo geridas ao nível da localidade. Encontramos na comunidade em estudo a reiteração das hierarquias sociais típicas das regiões mais desenvolvidas e articuladas ao projeto colonizador. Junto aos

³ Apenas Conceição de Ibitipoca, o mais “desenvolvido” arraial da região teria alcançado em 1718 a condição de paróquia e, mais tarde de freguesia. No livro de capitação de 1715, dos moradores de Ibitipoca, havia 30 proprietários detentores de 198 cativos, enquanto que a mesma documentação para Vila Rica, 5 anos depois, haveria 10.741 escravos para 1757 proprietários; já para Sabará, para o mesmo período, 5992 escravos e 912 proprietários. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão em Minas Gerais, c. 1720....

⁴ Angelo Carrara opõe o sertão à noção de currais quando a dada região passa a ser ocupada pelas atividades produtivas

pequenos e médios proprietários, conviviam grupos de diferentes hierarquias sócio-econômicas, reiterando o padrão de toda a América Portuguesa.

Ao entender que critérios geográficos por mais que contenha caracteres de relevo, hidrografia, clima e demais fatores homogêneos, ele só ganha identidade a partir das relações sociais estabelecidas pelos seus indivíduos. Um indivíduo que não se manifestava por si só, mas enquanto parte de uma rede de relações, a família e o parentesco – importante elemento formador de uma sociedade. A esses elementos se soma o rito como um outro elemento fundador das sociedades, consubstanciado na devoção religiosa: a ermida, a capela, a igreja – enfim, a sede da *paróquia*. Todos aqueles indivíduos e grupos que se submetiam a esta paróquia, realizando seus ritos, seja na forma do batismo, casamento, celebrações da morte, constituíam essa comunidade em estudo.⁵

O contínuo esforço de interiorização sobre essa região foi realizado sob grande esforço com a finalidade, para uns, de obtenção de terras através do reconhecimento dos serviços prestados à Coroa ou, para outros, uma aventura em busca de um local para a formação futura de sua propriedade, o que se observa pela grande presença de posseiros na citada região⁶. Os exíguos dados encontrados para as primeiras décadas do século XVIII demonstram que já estava aberta a fronteira da Mantiqueira, com a formação de unidades produtivas de diferentes dimensões, voltadas para suas datas de exploração mineral e agrícola, tendo em vista que a terra nessa região prestava-as à atividades agropastoris, de acordo com os relatos de época e dos documentos encontrados para o período.⁷

⁵ Essa ampla comunidade a qual me reporto era formado por diversos povoados, todos da Borda do Campo, vizinhos, a saber: Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca; Santa Rita do Ibitipoca; Santana do Garambéu; Ibertioga..

⁶ RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado da Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Dissertação de mestrado, USP, 2002

⁷ OLIVEIRA, Mônica R. de. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos coloniais. IN: ECHEVERRI, A. M. Adriana; FLORENTINO, Manolo; VALENCIA, C.Eduardo. *Impérios Ibéricos en Comarcas Americanas: Estudios Regionales de Historia Colonial Brasileira y Neograndina*: Bogotá: Universidad Del Rosário Editorial; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

Supõe-se à primeira vista que, entre os imigrantes portugueses (região dos Açores e noroeste português) cujos dados tive acesso através dos registros de batismo levantados, emigravam de sua terra natal para tão inóspita região mediante o garantido acesso às sesmarias. No entanto, estes assumiam mais a condição de posseiros, do que necessariamente sesmeiros. Numa relação dos posseiros encontrados na Serra da Mantiqueira, num total de 198 possessões ocupadas, encontrei rastros da posse de 18% de imigrantes portugueses, enquanto que entre as sesmarias doadas para a Borda do Campo, encontrei apenas 10% de proprietários portugueses. A funcionalidade da sesmaria enquanto mercê, instrumento de premiação e recompensa aos prestadores de serviços ao Rei, favorecia a alguns, mas, ao mesmo tempo, possibilitava que um significativo grupo pouco enquadrado nessas exigências, assumisse o risco da emigração, se aproveitando da ausência de controle sobre as terras ou mesmo, por emigrarem para áreas pouco articuladas ao núcleo minerador, seja pela exigüidade do ouro ou mesmo pelos obstáculos naturais à fixação dos agrupamentos humanos. Refiro-me às difíceis condições geográficas desta região marcadas pela presença de serras íngremes, o que dificultava a criação das picadas, solos não completamente férteis e mais distantes dos grandes centros de revenda de produtos locais.

Dos nove mil registros de batismos levantados entre 1708, ano do primeiro registro encontrado (e apenas um) até 1850, marco final da pesquisa, chegamos a um total de 6395 registros de famílias.⁸ Deste total 305 eram de chefes de família portugueses de origem declarada que chegaram a região entre 1740 a meados de 1770, coincidindo com o fluxo natural da imigração portuguesa para toda a América Lusa.⁹

A grande maioria que se declarou como ‘natural da terra’ era composto por aqueles que não fizeram menção à sua ascendência portuguesa e se auto designaram como moradores da Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Sobressai a referência constante à Taubaté, Guaratinguetá, Santos, Jacaré e Mogi para São Paulo; a

⁸ Registros Paroquiais – batismos – Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora

⁹ Chegada de portugueses da região do Minho, noroeste de Portugal, especialmente do arcebispado de Braga e Viana do Castelo (Termos de Barcelos, Guimarães, e suas diversas pequenas freguesias) e também dos arquipélagos dos Açores e Madeira. A presença desses imigrantes portugueses na região corrobora as análises anteriores sobre os fatores e os números da emigração portuguesa no século XVIII para o Brasil.

capitania do Rio de Janeiro é citada genericamente e para Minas Gerais aparece a citação da Comarca do Rio das Mortes, mais especialmente São João Del Rei, Mariana e a própria Ibitipoca .

Entre os imigrantes que se auto declararam portugueses, aqueles do noroeste português representavam 48% do grupo; 42% das Ilhas Atlânticas; 7% de Lisboa e 3% de demais dados¹⁰. Como já foi considerado em trabalhos anteriores, apesar de indícios da presença de imigrantes das ilhas atlânticas em outras povoações da região aurífera, o número encontrado na comunidade em estudo, superou as previsões anteriores. A configuração social encontrada conjugava uma estrutura econômica e social da região de origem, que impulsionava a emigração permanente, no caso, o Minho e os Açores, e os dispositivos de recepção e integração na América Lusa dos que iam chegando. Chegavam não só lusos, mas inicialmente por todo o período investigado, muitos paulistas, além de outros grupos e indivíduos da própria Capitania de Minas Gerais, além do Rio de Janeiro. Ou seja, uma combinação de grupos, que se diferenciavam por sua ascendência mais ou menos longeva em relação a Portugal.

No entanto, a naturalidade e a ascendência só era declarada quando eram de fato nascidos em Portugal. Os registros aparecem completos, com nomes dos avôs e avós e suas origens geográficas, tal como o hábito de batismo realizado em Portugal. Para esse grupo se tomarmos como base o período entre 1740 e 1770, quando se declararam portugueses 305 chefes de família, a grande maioria dos registros não apresentava nenhuma informação, o que me levou a inferir que os demais eram nascidos na América, de segunda ou terceira geração de portugueses. Ao me basear nas origens declaradas das esposas dos portugueses cujos registros, como dissemos anteriormente, aparecem completos, percebe-se que 60% eram de esposas que se auto declararam de Minas Gerais; 10% do Rio de Janeiro; 11% de São Paulo; e apenas 13 % de esposas de

¹⁰ A descoberta de ouro criou um surto emigratório mais amplo, a ponto de decretos régios tentarem impedir o fluxo sem muito êxito. A política do reino português se modificou em 1746 com vistas a ocupar as estratégicas áreas ao sul da América Portuguesa contra o avanço espanhol. Foi dada a preferência aos casais para garantir uma colonização de famílias já estáveis nas áreas praticamente vazias de colonização branca. Saíram, porém, muitas pessoas clandestinamente, estimuladas não só pelos fatores de dispersão nas ilhas, mas também pelos fatores de atração: acesso a terras minerais, agricultura e criação, disponíveis no centro-sul da América Portuguesa e, especialmente, a presença de uma população lusa já residente, de primeira ou segunda geração, entranhada no território.

origem portuguesa declarada (com 6% de dados incompletos)¹¹. Esses dados me levaram a uma série de considerações. Primeiro, percebe-se que o mercado matrimonial era vasto e diverso e não se prendia a uma endogamia geográfica e nem mesmo étnica, ou seja, não ocorria preferencialmente dentro de famílias portuguesas de primeira geração. Segundo, havia uma maior disponibilidade de homens, homens solteiros, que não estabeleceram regras à priori para o ensejo do matrimônio.

Essas reflexões ganham maior significado quando detecto que essa imigração de portugueses era claramente de indivíduos e não grupos familiares. Menos de 5% dos portugueses emigraram com apenas um irmão. Portanto, a recriação dos laços familiares na nova área constituía uma primeira medida a ser tomada, independente da ascendência e das origens geográficas das esposas. Recriar laços pelo matrimônio nas novas áreas ocupadas e fortalecer os já pré-existentes. Refiro-me à rede de amizades e afinidades entre os emigrados. Entre os açorianos, no total de 127 indivíduos, percebe-se que grande parte vinha das Ilhas do Pico 28%, Faial 22%, São Miguel 20%, Ilha Terceira 10%, outras 20%. Afora a grande parcela proveniente da região do Minho, 147 indivíduos, dos quais, Braga 73% e Porto 27%, perfazendo 49% dos 305 portugueses em questão¹² Certamente esses grupos estavam de uma forma ou de outra, aparentados ou possuíam laços de afinidade. O matrimônio servia então como uma primeira estratégia de fortalecimento dos laços dos recém chegados com aqueles já estabelecidos anteriormente na América Portuguesa.

O caráter estrutural da migração minhota e açoriana e as redes que teciam com base em laços entre parentes e em relações de amizade, vizinhança, ou mesmo nos negócios realizados já foi por demais comprovado por outros trabalhos.¹³ Certamente o acolhimento entre afins, mesmo sem um suporte exclusivamente familiar, constituía em uma vantagem para se estabelecer mesmo diante da instabilidade do acesso a terra com um título formal de sesmaria, tal como considerado acima. Por outro

¹¹ Registros de Batismo- Cúria de Mariana e Cúria de Juiz de Fora

¹² *idem*

¹³ Jorge Pedreira encontra o mesmo padrão de recrutamento dos comerciantes em Lisboa, originários em grande maioria das regiões minhotas e altamente articulados pelas redes de parentesco e amizade. PEDREIRA, J. Op. Cit. P. 207

lado, a existência de redes de amizade e vizinhança tecidas nas regiões de origem não se tornava condição, havendo espaço para os aventureiros, para aqueles desenraizados, sem auxílios que afluíram livremente para região em busca de oportunidades.

Esse recrutamento coletivo de indivíduos e grupos para o entorno da região das minas se processava pelo evidente sonho de acesso ao ouro. No entanto, percebe-se que talvez essa motivação não se constituísse a principal. Emigravam os insatisfeitos, aqueles movidos pelo desejo de mudança e superação de desafios, aqueles impulsionados pela falta de recursos e oportunidades. Emigravam aqueles que desejavam e acreditavam que podiam reverter as circunstâncias em que viviam em seu país: a zona rural, empobrecida e sem maiores alternativas para todos seus habitantes.

O matrimônio, preferencialmente entre famílias de primeira ou segunda geração de portugueses no Brasil, atuava como uma importante estratégia de enraizamento dos recém chegados. Esse comportamento permitiu que todos agissem sob a mesma finalidade, ou seja, recriar laços sócio-familiares, multiplicar as possibilidades de crescimento, perpetuar o grupo familiar e garantir o pagamento dos altos tributos cobrados, tal como um contrato.¹⁴

Percebe-se a reiteração outra estratégia, já percebida em outros trabalhos, entre portugueses e os nascidos na terra: a extensão das redes relacionais por meio dos apadrinhamentos. Tanto esse trabalho como uma série de outros comprovam que as sociedades setecentistas serviam-se dos arranjos e alianças a pia batismal, para dar significado às suas existências diante do novo, do inusitado, ou seja, a nova terra a ocupar, os recursos naturais a desenvolver e voltá-los ao consumo, as relações sociais a reconstruir. Na comunidade eleita para essa pesquisa o comportamento encontrado não foi divergente do delineado acima. No que se refere à origem étnica (portugueses recém-chegados e nacionais) não se percebe nenhuma lógica nos apadrinhamentos que remeta à idéia de exclusão. O apadrinhamento é usufruído por todos, dos mais abastados aos camponeses, como forma de aproximação e extensão dos laços de afinidade.

¹⁴ A cobrança da capitação é um bom exemplo desse “contrato”. Como seu montante era determinado pela Coroa com base na propriedade escrava de cada habitante, cobrá-lo devidamente e fazer com que todos pagassem constituía em obrigação, para que o ônus pudesse ser partilhado

No entanto, subjaz o comportamento de consolidação dos laços familiares entre aqueles de condição social mais abastada, perceptível na troca de posição entre indivíduos, ora na condição de pais, ora na condição de padrinhos sem, contudo, a realização de matrimônios consangüíneos. Concomitantemente percebe-se, para as famílias com menor posse de escravos e baixa produção agrícola, a busca de padrinhos de igual, ou melhor, condição social, permitindo-nos aduzir que o compadrio, além de referendar alianças, relacionava-se com a obtenção de prestígio social para aqueles menos abastados que, em retribuição, ofereciam respeito, lealdade, além da maior probabilidade deste ato de constituir ‘pontes’ entre universos sociais distintos.¹⁵

O cruzamento dos dados permitiu-me acompanhar alguns indivíduos e seus grupos familiares no momento de formação e extensão de suas relações sociais, tendo em vista que uma nova comunidade ali se formava, com elementos de diferentes culturas, sejam entre as famílias lusas do norte do país, outras das ilhas do arquipélago dos Açores, somados aqueles provenientes da Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e do próprio espaço regional da Comarca do Rio das Mortes, para além da presença de escravos e índios. Grupos com diferentes orientações valorativas em busca de formas de convivência comunitária. Evidentemente essas interações eram permeadas por tensões, uma vez que cada um buscava a maximização de seus interesses, seja através da extração de ouro ou através de uma produção agrícola mais voltada para o mercado.¹⁶

Em uma sociedade na qual as atividades econômicas e as formas de endividamento eram marcadas pelos laços de afinidade que, se não determinavam as ações, modificavam as condições, prazos, juros e preços, a análise das dívidas ativas e passivas através dos inventários se apresentou como uma instância de entendimento do comportamento sócio-econômico. Contudo, esse instrumento revelou-se ineficaz para a comunidade em estudo. Encontrei pequenos empréstimos ainda minimamente formalizados, característicos de uma sociedade parcamente monetizada. O próprio mercado, ainda embrionário, estava sendo aberto pelos mais abastados e incluía uma gama de pequenos outros proprietários que recorriam a ele de forma pouco regular. As

¹⁵ CUNHA, Mafalda S. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. p. 441

¹⁶ BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

dívidas apareciam nos inventários, apenas com a menção do nome e o valor, sem nenhum título de mão ou recibo de saldo assinado, apresentando, na maioria das vezes, a indicação de que foram acertadas.

Evidentemente que essas frágeis e recentes alianças não eram suficientes para assegurar a ausência de problemas. Considero as ações de ‘justificação de dívidas’ e ‘prestação de contas’, encontradas na documentação cível, como registros que aduzem a idéia de conflito.¹⁷ Através delas eram arrolados os nomes dos devedores, o valor das dívidas e realizado um acordo sobre o prazo para o pagamento. Observa-se que formalizavam o empréstimo e o endividamento especificamente para dívidas relativas a terras e escravos, portanto nos empréstimos que envolviam produtos e valores mais altos e também quando as partilhas envolviam menores sob tutela. Ou seja, através dessas ações, indivíduos e famílias buscavam a intermediação da justiça para formalização da dívida e compromisso de ressarcimento, portanto em uma situação de intervenção legal já que a instância de resolução informal e costumeira estava esgotada.

Outra importante questão que remete a um comportamento de fronteira é a ausência de uma sociedade marcada por estratégias de parentesco consanguíneo, traço muito comum em sociedades agrárias, só que mais enraizadas, nas quais se percebe essa prática vinculada a uma preocupação de preservação e manutenção do patrimônio entre grandes famílias. Se há uma tendência a endogamia na sociedade em estudo, ela se dá entre aqueles de mesma condição social, mas não necessariamente dentro das famílias extensas através de uniões entre primos, tios e sobrinhas ou de matrimônios unilaterais, bilaterais entre duas grandes famílias. Eram todos recém chegados, assentados em propriedades agrárias dispersas e, portanto, uniam-se de acordo com as alternativas restritas dentro das comunidades, caracterizadas por poucos momentos de sociabilidade. O matrimônio atuava como uma instância de encontro, uma oportunidade para o estabelecimento das primeiras relações sociais.

A configuração familiar encontrada é a do tipo nuclear, mas não em seu sentido estrito, havendo possibilidade de co-residência entre primeira e segunda geração. Portanto, o grupo doméstico era gerido pelo chefe da família, associado ao

¹⁷ Ações de Justificação de Dívidas e Prestação de Contas – Arquivo Mendes Pimentel- Barbacena

trabalho da esposa, filhos e cativos. O sucesso da empreitada familiar dependia da atuação de todos os componentes, mesmo os casados. Esses novos lares utilizavam parte do patrimônio familiar paterno como seu, como uma forma de potencializar sua nova unidade. Nas partilhas encontrei indicações de bens sob a custódia dos filhos, como potros, bois e, principalmente, escravos. Através do comportamento nos dotes, percebi a mesma tendência. Dotava-se uma filha com bens que podiam fortalecer e multiplicar a unidade doméstica, mesmo se esses bens fossem, para os pais, bastantes exíguos. A convergência de interesses entre pais e filhos nessas situações atuava como uma estratégia para o sucesso da empreitada.

A imigração como traço revelador de uma configuração familiar própria no espaço colonial torna-se mais factível de ser percebida quando realizada pelos mais abastados. Nas duas últimas décadas do século XVIII não encontrei descendentes desse extenso grupo de paulistas, fluminenses e portugueses que ocuparam o alto da Borda do Campo nos meados do XVIII. Certamente eles engrossaram o longo processo de expansão das fronteiras e reocupação de terras no clássico movimento de dispersão de ‘mineiros’ por diversas regiões do centro-sul da América Portuguesa.